PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

Despacho n.º 4725/2009

Nomeação da Comissão Técnica de Inspecção dos Espaços de Jogo e Recreio da Região do Algarve

Considerando que no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o Decreto-Lei n.º 169/2007, de 3 de Maio, cria a nova Lei Orgânica do Instituto do Desporto de Portugal, I.P. (IDP, I.P.);

Considerando que o n.º 3, do artigo 2.º do referido Decreto-Lei, prevê que a nível regional funcionem serviços desconcentrados, designados Direcções Regionais do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, com âmbito territorial correspondente ao nível II das Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do continente;

Considerando que a reestruturação do IDP, I.P., com a entrada em vigor, em 1 de Junho de 2007, dos respectivos Estatutos, aprovados pela Portaria n.º 662-L/2007, só ficou concluída com a publicação da Portaria n.º 573/2008, de 4 de Julho;

Assim, determino:

1 — Designo o Dr. Joaquim Paulino Pacheco Duarte, Director Regional do IDP, I.P., do Algarve, para na área da sua circunscrição, calendarizar e acompanhar a inspecção a todos os Espaços de Jogo e Recreio, cuja entidade responsável pela sua gestão seja a Câmara Municipal;

2 — Designo a Aquitecta Raquel Ramos Monteiro, Técnica Superior requisitada na Direcção Regional do IDP, I.P, para integrar e acompanhar a respectiva Comissão Técnica que também substituirá o Director Regional na sua ausência ou impedimento;

3 — Designo o Eng.º Henrique Manuel Mogo Brás, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, para integrar a Comissão de Inspecção dos Espaços de Jogo e Recreio da Região do Algarve;

4 — Designo a Dr.ª Maria Armanda Soares Lima da Silva, Delegada Concelhia de Saúde (DCS) de Albufeira, que na sua ausência será substituída pela sua Adjunta, Dr.ª Maria Margarida Santos Feteira; a Dr.ª Maria da Conceição Pires da Cunha, DCS de Alcoutim; o Dr. Manuel Fernandes Carvajales Ramos, Adjunto do Delegado Concelhio de Saúde de Aljezur; o Dr. Mariano José Ayala Ruan, DCS de Castro Marim, que na sua ausência será substituído pela sua Adjunta, Dr.ª Maria José Pereira Salgueiro do Carmo; a Dr.ª Luísa Maria Luís Serrano, DCS de Faro; a Dr.ª Maria Teresa Cruz Pereira, DCS de Lagoa; o Dr. Manuel Francisco Ferreira Lourenço Godinho, DCS de Lagos, que na sua ausência será substituído pela sua Adjunta, Dr.ª Fernanda Sardinha; a Dr.ª Filomena Santos Maurício Viegas Fernandes, DCS de Loulé, que na sua ausência será substituída pela sua Adjunta, Dr.ª Maria Guilhermina Jacinto Amaral Pacheco; a Dr.ª Maria Filomena Sousa Agostinho, DCS de Monchique, que na sua ausência será substituída pela sua Adjunta, Dr.ª Luciara Maria Lopes de Paiva; o Dr. António José da Silva Soares, DCS de Olhão, que na sua ausência será substituído pela sua Adjunta, Dr.ª Maria Abel; a Dr.ª Maria Suzel Dias Ladeira Ferreira Nunes, DCS de Portimão, que na sua ausência será substituída pelo seu Adjunto, Dr. Nelson de Sousa e Palma Santos; a Dr.ª Maria Horta Correia, DCS de São Braz de Alportel; a Dr.ª Lisete Jesus Neves Romão, Adjunta da Delegação Concelhia de Saúde de Silves; o Dr. Joaquim Florêncio Mansinho Bodião, DCS de Tavira, que na sua ausência será substituído pelo seu Adjunto, Dr. Jorge Manuel dos Santos Augusto Santana; o Dr. António Augusto Vieira Nunes Silva, DCS de Vila do Bispo, que na sua ausência será substituído pela sua Adjunta, a Dr.ª Carla Alexandra Barroso Rodrigues Cardoso e, por último, o Dr. Carlos André Sousa Gomes, DCS de Vila Real de Santo António, que na sua ausência será substituído pelo seu Adjunto, o Dr. Serge Marie Serine Conceição.

A presente nomeação altera o despacho n.º 24 228/2003 (2.ª série) publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 289, de 16 de Dezembro de 2003.

19 de Setembro de 2008. — O Presidente, *Luís Bettencourt Sardinha.*

Despacho n.º 4726/2009

Nomeação da Comissão Técnica de Inspecção dos Espaços de Jogo e Recreio da Região do Centro — Considerando que no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o Decreto-Lei n.º 169/2007, de 3 de Maio, cria a nova Lei Orgânica do Instituto do Desporto de Portugal, I.P. (IDP, I.P.);

Considerando que o n.º 3, do artigo 2.º do referido Decreto-Lei, prevê que a nível regional funcionem serviços desconcentrados, designados Direcções Regionais do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, com âmbito territorial correspondente ao nível II das Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do continente;

Considerando que a reestruturação do IDP, I.P., com a entrada em vigor, em 1 de Junho de 2007, dos respectivos Estatutos, aprovados pela Portaria n.º 662-L/2007, só ficou concluída com a publicação da Portaria n.º 573/2008, de 4 de Julho;

Assim, determino:

1 — Designo a Dr.ª Catarina Ascensão Nascimento Rodrigues, Directora Regional do IDP, I.P., do Centro, para na área da sua circunscrição, calendarizar e acompanhar a inspecção a todos os Espaços de Jogo e Recreio, cuja entidade responsável pela sua gestão seja a Câmara Municipal;

2 — Designo o José Armando Romão Solano, Técnico Profissional Especialista Principal, do quadro de pessoal do IDP, I.P., a exercer funções na Direcção Regional do IDP, I.P, do Centro, para integrar e acompanhar a respectiva Comissão Técnica, que também substituirá a Directora Regional na sua ausência ou impedimento

3 — Designo a Zaira Fernandes Pereira, Assistente Administrativa Especialista, do quadro de pessoal do IDP, I.P., a exercer funções na Direcção Regional do IDP, I.P, do Centro, para integrar e acompanhar a respectiva Comissão Técnica que também substituirá a Directora Regional na sua ausência ou impedimento;

4 — Designo a Eng.ª Ana Paula Martins para o Distrito de Aveiro, o Arqt.º José Luís Laia Rodrigues para o Distrito de Castelo Branco, a Eng.ª Maria João Busano Vieira para o Distrito de Coimbra, o Arqt.º Aires Almeida para o Distrito da Guarda, o Eng.º Paulo José O. M. Almeida Carvalho para o Distrito de Leiria e o Eng.º Adelino Manuel Ferreira dos Santos para o Distrito de Viseu, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;

5 — Designo o Dr. José Manuel Lopes de Almeida para o Distrito de Aveiro, o Dr. José Tavares Fernandes para o Distrito de Castelo Branco, a Dr.ª Maria Benilde Gomes Faria Moita para o Distrito de Coimbra, a Dr.ª Maria José Pereira Dias Cardoso Ferreira para o Distrito de Guarda, o Dr. Jorge Manuel Marques Cordeiro da Costa para o Distrito de Leiria e o Dr. José Armando Marques Neves para o Distrito de Viseu, da Administração Regional de Saúde do Centro.

A presente nomeação altera os despachos n.º 1156/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 16, de 20 de Janeiro, n.º 8439/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 99, de 27 de Abril, n.º 12 416/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 99, de 6 de Junho, n.º 3588/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro, n.º 17 290/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 208, de 9 de Setembro e n.º 5848/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 72, de 25 de Março, com efeitos a partir de 30 de Maio de 2008.

28 de Novembro de 2008. — O Presidente, *Luís Bettencourt Sardinha.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4727/2009

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 34/2005, de 17 de Fevereiro, foi transposta para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2003/49/CE, do Conselho, de 3 de Junho, que estabelece um regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e ou *royalties* efectuados entre sociedades associadas de diferentes Estados membros da União Europeia, tendo para o efeito sido alterados os artigos 80.º, 90.º (actual artigo 90.º-A) e aditado o artigo 89.º-A, todos do Código do IRC.

Assim, em execução do disposto no n.º 4 do artigo 89.º-A e na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 90.º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, determino:

1 — São aprovados os modelos de formulários para efeitos de redução de retenção na fonte de imposto e de reembolso parcial de imposto retido na fonte, relativamente a pagamentos de juros e ou *royalties* efectuados entre sociedades associadas de diferentes Estados membros da União Europeia, ao abrigo da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 80.º e dos artigos 89.º-A e 90.º-A do Código do IRC, bem como da Directiva n.º 2003/49/CE, do Conselho, de 3 de Junho, relativa a um regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e *royalties* efectuados entre sociedades associadas de diferentes Estados membros, que se reproduzem em anexo — modelo n.º 01-DJR e modelo n.º 02-DJR;

2 — Os formulários modelos n.^{os} 01-DJR e 02-DJR entram em vigor no dia seguinte ao da publicação do presente despacho.

27 de Janeiro de 2009. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.*